

SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS SOBRE A ARQUITETURA EM MADEIRA DA VILA OPERÁRIA EM MARINGÁ

Caroline Cavalcante Santana (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Aline Beatrís Skowronski da Silva (Coorientadora), Ricardo Dias Silva (Orientador). E-mail: rdsilva@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: 6.04.00.00-5 - Arquitetura e Urbanismo, 6.04.01.01-0 – História da Arquitetura e Urbanismo.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Vila Operária; Madeira.

RESUMO

A Vila Operária constitui um dos territórios fundadores da cidade em Maringá, configura-se como espaço de relevância histórica, social e cultural. Nas últimas décadas, processos de transformação urbana, como verticalização e substituição das tipologias residenciais em madeira intensificaram a necessidade de registrar e analisar esse patrimônio, de modo a preservar sua memória coletiva. Nesse contexto, este projeto de iniciação científica propõe dar continuidade à documentação do bairro, por meio da coleta de dados primários e da sistematização de informações que subsidiem a tese de doutorado em desenvolvimento no Programa Associado de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. A produção de registros gráficos e digitais — como mapas, desenhos técnicos e fotografias — busca não apenas consolidar uma base empírica de análise, mas também fortalecer a valorização do patrimônio cultural de Maringá.

INTRODUÇÃO

O bairro Vila Operária, em Maringá, constitui um dos territórios fundadores da cidade e expressa um patrimônio urbano de grande relevância. Entre seus elementos, destaca-se a arquitetura em madeira, que representa um dos traços mais significativos da formação identitária e cultural do Estado do Paraná. Esse repertório construtivo, associado a práticas sociais e modos de vida, confere ao bairro valor simbólico que ultrapassa sua materialidade e o insere na memória coletiva da cidade. Contudo, com as transformações ocorridas no bairro, marcadas pela substituição de tipologias e recomposição do tecido urbano, acentua-se a demanda por registros que assegurem a preservação destes bens que podem ser compreendidos como patrimônio local.

Nesse sentido, a preservação não se limita à proteção física de edificações, mas envolve dimensões simbólicas e representações. Como destaca Arantes (2006), “o

patrimônio é construção social e, assim sendo, torna-se necessário considerá-lo no contexto das práticas sociais que o geram e lhe conferem sentido” (Arantes, 2006). Além disso, o patrimônio cultural deve ser reconhecido também como um campo de disputas e negociações em torno de identidades e memórias. Gonçalves (2018) observa que “defender, preservar e lutar pelo reconhecimento público de tais patrimônios significa lutar pela própria existência e pela visibilidade social e cultural desses grupos e segmentos” (Gonçalves, 2018). Isso implica compreender o espaço urbano não apenas como suporte material, mas como dimensão pública de expressão e de conflitos em torno de identidades coletivas.

Nesse horizonte, mais do que subsidiar uma pesquisa específica, o trabalho busca consolidar um acervo capaz de fomentar estudos futuros sobre memória urbana e processos de transformação do espaço. Paralelamente, pretende-se ampliar a visibilidade da Vila Operária enquanto patrimônio cultural, destacando sua relevância para a constituição da identidade coletiva e para a compreensão da trajetória histórica e simbólica da cidade, reafirmando seu papel na formação histórica e simbólica da cidade.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi desenvolvida em etapas, combinando levantamento bibliográfico, análise documental, registros empíricos e sistematização de dados.

Inicialmente, realizou-se uma revisão de artigos acadêmicos, com ênfase na discussão do patrimônio cultural e das transformações urbanas da Vila Operária. Esse procedimento buscou oferecer suporte teórico à análise e fundamentar a elaboração de trabalhos futuros sobre o tema. Foram consultados autores que discutem a relação entre cidade, memória e preservação, como Meneses (2006), em seu texto “A cidade como bem cultural”, entre outros.

Na sequência, procedeu-se à análise de projetos arquitetônicos de edificações em madeira localizados nos arquivos da Prefeitura de Maringá. A partir desse acervo, os dados foram organizados em planilhas, contemplando informações como datas dos projetos, registros cadastrais, reformas realizadas, trocas de proprietários e eventuais demolições. Essa sistematização foi complementada pela organização das fotografias das residências, associadas a seus respectivos projetos, em pastas classificadas por quadras e lotes, de modo a permitir maior precisão analítica.

Complementarmente, foram realizados diversos registros fotográficos in loco das edificações remanescentes em madeira, com o objetivo de documentar seu estado atual e aspectos da paisagem urbana. As entrevistas previamente coletadas com moradores do bairro foram transcritas e organizadas como fonte de memória social, de modo a subsidiar a tese da coorientadora. Além disso, foi realizado a elaboração de um mapa de demolições e reminiscências, registrando espacialmente as transformações do bairro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sistematização dos dados permitiu a construção de uma base de dados consistente sobre a Vila Operária, reunindo informações provenientes de projetos arquitetônicos, registros fotográficos, entrevistas e levantamentos em campo. O arquivo irá compor a base de dados do grupo de pesquisa LAPHA. A sistematização dos dados partiu da análise de projetos obtidos nos arquivos da Prefeitura de Maringá, a planilha foi organizada por quadrantes e divididas por quadras e lotes. Para cada projeto foram registrados dados essenciais, como ano de cadastro, emissão de alvarás, alterações de propriedade, desmembramentos, demolições e suas particularidades junto com as informações técnicas. A organização permitiu acompanhar a evolução das edificações em madeira e identificar permanências e perdas, contribuindo para a análise das transformações ocorridas no bairro.

Quadrante 1						
Identificação	DEMOLIDAS		PERMANÊNCIAS			
	Endereço		Dados Prefeitura		Terreno e edificação	
	Lote	Rua / número	Data de construção / atualizações	Eng. Responsável	Área do terreno (m²)	Área edif/ ampliações (m²) / Obs.
Quadra 17	7	Santos Dumont, 938	1997 - Alvará	Marcio Matsumoto	38,10 - madeira	casa de fundos mista, não tem relação com a rua - a casa em madeira é dos fundos
	8	Santos Dumont, 954	1998 - Habite-se		580 101,86 - alvenaria	
	9	Santos Dumont, 970	1986 - cadastro		580	114
Quadra 18	4	Santos Dumont, 1046	1962 - aprovada	Sérgio Pedroni - Eng. Civil residência Nova Um Construtora - edifício	290	93,65
			2015 - Demolição 2016 - Alvará construção			Ed. Inovare Demolição das edificações das datas 1, 2, 3 e 4 - 2015 Falta o projeto da prefeitura
	8	Santos Dumont, 1074	2013 - Demolição 2019 - Alvará execução edifício nas datas 8 e 9		580	Ed. Dumont Premium antiga edificação mista, fundos com madeira, edifício comercial, não é um edifício relevante para considerar a demolição
	11	Santos Dumont, 1146	1953 - aprovado 1986 - cadastro		580	63
	14/15/16/17	Av. Brasil, 2175 - 14 e 15	1973 - atualização do salão + casa 2021 - demolição 2022 - alvará execução lotes 14 e 15			Lotes 14 e 15 - edifício, salão comercial em alvenaria e casa em madeira - Edifício Le Parc
Quadra 19	17	Av. Brasil, 2303	1954 - aprovada 1987 - cadastro			casa mista em mad e alv
Quadra 20	3	Santos Dumont, 1374	1959 - aprovado 1987 - Habite-se	Joaquim Pereira da Rosa	48,75 - edificação principal	duas casas em madeira, hoje terreno vazio - sem alvará de demolição
	4	Santos Dumont, 1392	1977 - aprovado		580	93,4
	5	Santos Dumont, 1406				projeto parece incorreto

Figura 1 – PLANILHA DE SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS

Destaca-se, em especial, a contribuição para a tese de doutorado da coorientadora, que encontra no material reunido suporte empírico e documental para a análise da dinâmica urbana e das transformações arquitetônicas do bairro.

Os resultados obtidos evidenciam que o patrimônio urbano não pode ser entendido apenas pela dimensão material, mas também pelas representações sociais que o sustentam. Como observa Meneses (2006),

“a cidade é coisa feita, fabricada. Artefato, no sentido mais genérico, é um segmento da natureza física socialmente apropriado, isto é, ao qual se impôs, segundo padrões sociais, uma forma ou uma função ou um sentido”.

Nesse sentido, os registros arquitetônicos em madeira da Vila Operária configuram-se como testemunhos de práticas sociais que moldaram a identidade local.

A cidade é compreendida como bem cultural, na medida em que materializa valores e práticas sociais, sendo a memória eixo constitutivo de sua legibilidade e legitimidade como patrimônio (Meneses, 2006). Além do caráter acadêmico individual, os resultados obtidos ampliam a relevância coletiva da pesquisa. O banco de dados criado será incorporado ao acervo do Laboratório de Pesquisa em Habitações e Assentamentos Humanos (LAPHA), possibilitando que outros pesquisadores tenham acesso às informações organizadas, o que fortalece a continuidade dos estudos sobre habitação, patrimônio cultural e urbanização em Maringá. Assim, a pesquisa contribui para reforçar o papel da Vila Operária como território de memória e patrimônio urbano de Maringá.

CONCLUSÕES

O desenvolvimento da pesquisa resultou na consolidação de um conjunto organizado de informações sobre a Vila Operária, abrangendo projetos arquitetônicos, registros fotográficos, entrevistas e o mapeamento das demolições e permanências. Os resultados reforçam que a preservação do patrimônio não se restringe ao aspecto físico das edificações, mas envolve, de maneira indissociável, a dimensão da memória e da identidade coletiva. Nesse sentido, a documentação produzida contribui, portanto, para valorizar a arquitetura em madeira e reconhecer a Vila Operária como espaço fundamental na constituição da memória urbana de Maringá.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo fomento à pesquisa e pela concessão da bolsa de Iniciação Científica, que possibilitaram o desenvolvimento deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Antonio A. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. Revista UFG, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 425-435, jan./jun. 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Patrimônio, espaço público e cultura subjetiva. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. In: IPHAN. Patrimônio: atualizando o debate. Brasília: IPHAN, 2006.